

Primaz nega idéia de rompimento

Das Sucursais

O cardeal primaz do Brasil, dom Avelar Brandão Vilela, afirmou ontem que a Igreja não pretende romper com o governo. "Não se trata de romper, pois não temos aliança nem contrato. O problema é outro. Vivemos dentro de uma sociedade pluralista e convivemos. O rompimento é um comportamento rudimentar", disse.

O atentado ao bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito, foi atribuído por dom Avelar à agressão "de grupos carregados de ódio". Lembrou, ainda, que existem setores "absolutamente incomodados com as posições que a Igreja vem tomando". No entanto, ressaltou que tem a certeza de que essa agressão não interessa ao general Geisel. "Não imaginamos que esse fato tenha sido obra do governo. Mas entendemos que o governo, após o necessário exame e detida informação sobre o doloroso acontecimento, marcará sua presença neste momento histórico digno das grandes preocupações nacionais", disse.

Lembrando que a agressão partiu de grupos não identificados, dom Avelar explicou que, pelo que pôde observar, "o pessoal da segurança está mais habituado a lidar com subversivos de esquerda e talvez não esteja tão identificado com a caçada aos terroristas de direita".

Dom Avelar Brandão Vilela ressaltou que não é possível formar um juízo diante da atitude do governo, porque a situação é

complexa e pode exigir certo tempo para uma definição. E observou que, talvez, o governo não esteja suficientemente informado, admitindo que ainda poderá haver uma manifestação oficial. Explicou, também, que a Igreja está esperando por esse pronunciamento do governo.

Para a comissão representativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunida no Rio, segundo dom Avelar, o caso do bispo de Nova Iguaçu foi mais grave que os assassinios de dois padres em Mato Grosso, porque as mortes de João Bosco Burnier e Rodolfo Lubenkein foram provocadas por impulsos emocionais, enquanto o sequestro de dom Adriano Hipólito foi planejado. Dom Avelar acentuou, ainda, que os vexames sofridos por dom Adriano Hipólito não têm similar na história eclesiástica do Brasil.

TERRAS E ÍNDIOS

O bispo auxiliar de Curitiba, dom Albano Cavali, ao fazer um relato das discussões sobre os problemas agrário e indígena pela comissão representativa da CNBB, afirmou que a tendência entre os prelados é a de focalizar os problemas num contexto sul-americano, já que os fatos não estão ocorrendo de maneira isolada. Como exemplo, lembrou as prisões de vários prelados em Riobamba, na Bolívia.

Dom Albano Cavali lembrou que, além do problema agrário, existe agora o problema dos posseiros urbanos, que surgiram em consequência da especulação imobiliária.

Padre teme radicalização

O presidente do Instituto Anthropos do Brasil e ex-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), padre José Vicente César, afirmou, ontem, em Brasília, que as acusações que vêm sendo feitas "por alguns elementos mais avançados e insatisfeitos da Igreja contra o governo não deixam dúvidas de que o alvo de tudo é o próprio sistema vigente". Alguns religiosos católicos, segundo o padre, "estão avançando o sinal", o que pode levar as autoridades "ao paroxismo de soluções radicais".

Manifestando a esperança de um diálogo capaz de conciliar "os direitos das minorias índias ou marginalizadas com as justas aspirações do desenvolvimento econômico nacional", o padre César historicou as relações da Igreja com a Funai, agravadas, segundo disse, desde 1970 e sobretudo após a fundação do Cimi, em 1972. Só num "curto período", em 1974, quando ele próprio era presidente do órgão e procurou "dialogar com o presidente da Funai", essas relações teriam melhorado.

"Há um ano, no entanto — prosseguiu o presidente do Instituto Anthropos —, quando uma ala jovem se apoderou das rédeas do Cimi, as divergências entre a Igreja e o governo, no campo da pastoral indígena, aprofundaram-se visivelmente, agravando-se o clima de denúncias e ataques, em escalada perigosa, e tornando-se praticamente impossível qualquer safda para um diálogo honroso e frutífero."

NOTA

O presidente da Funai, general Ismarth Araújo Oliveira, distribuiu nota, ontem, refutando declarações do padre Egydio Schwaden, do Cimi, segundo as quais o órgão responsável pela proteção aos índios "tem sua atuação limitada pela política econômica oficial".

"Ao contrário do que afirma o padre — diz a nota —, o governo tem fornecido à Funai todos os meios para que ela possa, efetivamente, solucionar os problemas de terras das comunidades indígenas. Além do Estatuto

do Índio, o governo regulamentou nos últimos tempos o mecanismo da demarcação administrativa, ato que veio facilitar a tarefa da Funai. O padre não deve ignorar que, no caso da reserva São Marcos, em Mato Grosso, o governo desapropriou várias fazendas em benefício dos índios, não tomando, absolutamente, o partido dos fazendeiros e demonstrando sensibilidade para o problema indígena".

E a nota conclui: "A atitude do padre deixa clara a impossibilidade de diálogo com o Cimi e o acerto da medida tomada pela Funai, proibindo o ingresso desses missionários em nossas áreas indígenas".

Ao tomar conhecimento da nota, o padre Egydio Schwaden mostrou-se surpreso com a tese do general de que a política econômica oficial não tem prejudicado a ação da Funai. "Os próprios funcionários da Funai, sertanistas e técnicos indigenistas — disse o padre —, têm denunciado sistematicamente as pressões que a Funai vem sofrendo".

Invasores sairão de área indígena

Das Sucursais

O juiz Ari Paragendler, da 1ª Vara da Justiça Federal, em Porto Alegre, determinou o despejo de Leonardo Blaneck e Leonides Ottonelli das terras que ocupam no interior da área indígena do posto de Guarita, no município gaúcho de Tenente Portela, a 489 quilômetros da Capital. As famílias de Blaneck e Ottonelli estão entre as 1.512 consideradas invasoras decinodas sete áreas indígenas do Rio Grande do Sul.

Desse total, 70 arrendatários de terras dos índios — entre os quais os dois sentenciados — têm contra si ações de despejo propostas pela delegacia regional da Funai no Rio Grande do Sul. E outras 120 ações deverão ser apresentadas pelo órgão na próxima semana. A Funai, porém, poupará, por enquanto, 1.270 posseiros instalados em áreas indígenas, "por não disporem de terras para onde possam transferir-se". Contra estes, o órgão não pensará em ação de despejo enquanto não for possível seu reassentamento, pelo Inera, em outras áreas.

ATAQUE

Um madeireiro foi morto, e vários outros foram feridos gravemente, durante um ataque de índios ocorrido, no início da semana, nas proximidades do rio Branco, no Amazonas, fronteira com o Peru. A Funai não sabe ainda a que grupo indígena atribui a agressão, já que, nessa região, vivem várias comunidades mayruna, marubos e kaunamari — a maioria ainda sem qualquer contato com a civilização.

A informação foi levada ao presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, pelo coordenador da Amazônia, general Demócrito Oliveira, que recebeu radiograma do indigenista José Barbosa da Silva. Segundo a Funai, os madeireiros, que estavam trabalhando na região entre os rios Branco e Itacoai, haviam sido alertados por funcionários da base avançada de Solimões sobre o risco que corriam deslocando-se para a área indígena. No entanto, os madeireiros não aceitaram os argumentos dos indigenistas. Nessa região, segundo estimativas da Funai, vivem cerca de 5 mil índios.



Economia,
finanças,
negócios: leia
O ESTADO DE S. PAULO.
O lucro é seu.

CAMISAS DE MALHAS

Para campanha política e campanhas publicitárias etc. Dispono qualquer quantidade, entrega rápida Teelagem, confecção e estamparia própria Produtos Textéis Sól La Si Ltda. Tels.: 292-4758, 292-7166 e 292-3087 Rua Miller, 518 — Brás — São Paulo